

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

31 de dezembro de 2019
Com Relatório do auditor independente

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	8



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Ativo circulante		7.465	9.176
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.249	4.055
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.097
Investimentos de curto prazo		1.936	-
Concessionárias e permissionárias	5	2.008	1.396
Tributos compensáveis		1.394	935
Outros ativos		878	693
		73.812	73.683
Ativo não circulante			
Concessionárias e permissionárias	5	86	155
Títulos e valores mobiliários	4	2.317	-
Imobilizado	6	69.308	71.427
Intangível	6	2.101	2.101
Total do Ativo		81.277	82.859
Passivo			
Passivo circulante		7.616	11.162
Empréstimos e financiamentos	7	3.559	3.557
Fornecedores		113	42
Obrigações sociais e trabalhistas		275	174
Tributos e contribuições a recolher		829	500
Partes relacionadas - Dividendos	8.1	1.769	6.034
Encargos regulatórios		612	546
Provisão para litígios	9	75	115
Outros passivos		384	194
		19.581	22.455
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	18.602	22.023
Outras obrigações		979	432
Patrimônio líquido		54.080	49.242
Capital social	10.1	46.826	43.000
Reserva de lucros		7.254	6.242
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		81.277	82.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão		14.551	14.054
Tributos			
Programa de Integração Social - PIS		(270)	(224)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		(1.245)	(1.033)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(127)	(122)
Reserva Global de Reversão - RGR		(378)	(384)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(58)	(51)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	12.473	12.240
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.473	12.240
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(1.631)	(1.315)
Material		(195)	(153)
Serviços de Terceiros		(1.053)	(865)
Provisão para litígios		(83)	(69)
Arrendamento e Aluguéis		(358)	(314)
Seguros		(29)	(15)
Tributos		(95)	(165)
Depreciação e Amortização		(2.409)	(2.421)
Outras Despesas Operacionais		(13)	-
Resultado da Atividade		6.607	6.923
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(2.047)	(2.593)
Receitas Financeiras		372	346
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	13	4.932	4.676
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(94)	(462)
Resultado Líquido		4.838	4.214
Resultado do Exercício		4.838	4.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	4.838	4.214
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>4.838</u>	<u>4.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		43.000	3.797	-	46.797
Incentivos Fiscais		-	1.264	(1.264)	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	4.214	4.214
Destinação do resultado do exercício:					
Reserva Legal		-	439	(439)	-
Dividendos		-	-	(1.769)	(1.769)
Reserva de lucros		-	742	(742)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		43.000	6.242	-	49.242
Aumento de Capital Social	10.1	3.826	(3.826)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	4.838	4.838
Destinação do resultado do exercício:					
Incentivos Fiscais		-	1.591	(1.591)	-
Reserva de lucros		-	3.247	(3.247)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		46.826	7.254	-	54.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.932	4.676
Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação e amortização	2.409	2.422
Juros e variações monetárias	2.039	2.449
Provisão para litígios	75	-
Outros	(385)	(146)
	9.070	9.401
Redução de Ativos		
Concessionárias e permissionárias	(543)	(100)
Tributos compensáveis	(132)	(510)
Outros	19	(352)
	(656)	(962)
Aumento (Redução) de Passivos		
Provisão para litígios	(115)	44
Encargos setoriais	41	39
Fornecedores	71	(4)
Obrigações sociais e trabalhistas	101	30
Tributos e Contribuição Social	291	(124)
Outros	736	(73)
	1.125	(88)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(382)	(465)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.157	7.886
REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgates em títulos e valores mobiliários	400	-
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(498)	(31)
Investimentos de curto prazo	(1.675)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(495)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.268)	(31)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos pagos	(3.486)	(3.465)
Juros pagos (encargos de dívidas)	(1.944)	(2.258)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(4.265)	(2.500)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.695)	(8.223)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.806)	(368)
DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo no início do exercício	4.055	4.423
Saldo no final do exercício	1.249	4.055
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	(2.806)	(368)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A (a “Companhia” ou “ETEM”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 13.501	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de março de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Caixa e Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Investimentos de curto prazo.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7.2. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019			2018	
	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	3.185	2.317	5.502	6.152	6.152
Caixa, investimento e títulos e valores mobiliários	3.185	2.317	5.502	6.152	6.152
Caixa	1.249	-	1.249	4.055	4.055
Investimentos de curto prazo - Banco Itaú - STA	1.936	-	1.936	-	-
Títulos e valores mobiliários - Banco Itaú - BNDES - Serviço da dívida	-	1.277	1.277	1.412	1.412
Títulos e valores mobiliários - Banco Itaú - BNDES - O&M	-	1.040	1.040	685	685

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Concessionárias e permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					TOTAL 2019	TOTAL 2018
	A vencer	Mais de 60 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.897	91	19	1	86	2.094	1.551
TOTAL	1.897	91	19	1	86	2.094	1.551

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

6. Imobilizado e intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	78.804	1	-	78.805	1	(19.271)	59.534	61.942
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.217	-	-	1.217	-	(348)	869	912
Máquinas e Equipamentos	77.587	1	-	77.588	1	(18.923)	58.665	61.029
Administração	103	-	-	103	-	(102)	1	1
Máquinas e Equipamentos	16	-	-	16	-	(15)	1	1
Veículos	87	-	-	87	-	(87)	-	-
Subtotal	78.907	1	-	78.908	1	(19.373)	59.535	61.943
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	9.479	328	(39)	9.768	328	-	9.768	9.479
Máquinas e Equipamentos	75	-	-	75	-	-	75	75
Edificações Obras Cíveis e Benfeitorias	4.381	-	-	4.381	-	-	4.381	4.381
Outros	5.024	328	(39)	5.313	328	-	5.313	5.024
Administração	5	-	-	5	-	-	5	5
Outros	5	-	-	5	-	-	5	5
Subtotal	9.484	328	(39)	9.773	328	-	9.773	9.484
Total do Ativo Imobilizado	88.392	329	(39)	88.681	329	(19.373)	69.308	71.427

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição das adições do imobilizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Depositos Judiciais	Material Equipamentos
Transmissão	-	1
Máquinas e Equipamentos	-	1
Subtotal	-	1
Total do Ativo Imobilizado em serviço	-	1

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Depositos Judiciais	Material Equipamentos
Transmissão	328	-
Outros	328	-
Subtotal	328	-
Total do Ativo Imobilizado em curso	328	-

6.3. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	1.986	1.986	-	1.986	1.986
Servidões	1.986	1.986	-	1.986	1.986
Administração	9	9	(9)	-	-
Outros	9	9	(9)	-	-
Subtotal	1.995	1.995	(9)	1.986	1.986

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	115	115	-	115	115
Servidões	115	115	-	115	115
Subtotal	115	115	-	115	115
Total do Ativo Intangível	2.110	2.110	(9)	2.101	2.101

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.4. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		78.805	(19.271)	59.534	61.941
Custo Histórico	3,28%	78.805	(19.271)	59.534	61.941
Administração		103	(102)	1	1
Custo Histórico	15,07%	103	(102)	1	1
		78.908	(19.373)	59.535	61.942
Em Curso					
Transmissão	-	9.768	-	9.768	9.480
Administração	-	5	-	5	5
		9.773	-	9.773	9.485
		88.681	(19.373)	69.308	71.427

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Empréstimos e financiamentos

a. Abertura do endividamento é composto da seguinte forma:

2019															
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71	3.488	18.602	22.161											
BNDES	71	3.488	18.602	22.161	Sim	jan-12	Aval/Fiança	TJLP	2,44%	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/04/26	Mensal	SAC

2018															
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	80	3.477	22.023	25.580											
BNDES	80	3.477	22.023	25.580	Sim	jan-12	Aval/Fiança	TJLP	2,44%	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/04/26	Mensal	SAC

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante de R\$ 45.000, sendo o subcrédito “A” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., e o subcrédito “B” com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,04 % a.a. Esta captação possui vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização em 2012 e a última em 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010.

Este contrato com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. O cálculo do ICSD mencionado acima tem como base as demonstrações financeiras regulatórias.

Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) bem como as obrigações específicas do contrato.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

b. Composição do endividamento e dívida líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	71	3.488	18.602	22.161	25.580
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	71	3.488	18.602	22.161	25.580
(-) Ativos Financeiros	-	(3.185)	(2.317)	(5.502)	(6.152)
Alta Liquidez	-	(3.185)	-	(3.185)	(4.055)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	(2.317)	(2.317)	(2.097)
(+) Dívida Líquida I	71	303	16.285	16.659	19.428
(+) Dívida Líquida II	71	303	16.285	16.659	19.428

8. Partes relacionadas

8.1. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$ 1.769

9. Provisões para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2018	115	-	115
Constituição	-	75	75
Pagamentos	(115)	-	(115)
Saldos em 31/12/2019	-	75	75
Circulante	-	75	75
Não Circulante	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 46.826 (45.826 de capital social integralizado) composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018).

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	27.000.000	62,79
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.000.000	37,21
	<u>43.000.000</u>	<u>100,00</u>

Em 10 de dezembro de 2019 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão da reserva de incentivos fiscais em R\$ 3.826 (sem emissão de novas ações ordinárias nominativas), passando o mesmo de R\$ 43.000 para R\$ 46.826.

10.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

11. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	14.597	14.067
(-) Parcela Variável	(46)	(13)
Programa de Integração Social - PIS	(270)	(224)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.245)	(1.033)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(127)	(122)
Reserva Global de Reversão - RGR	(378)	(384)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(58)	(51)
Total	12.473	12.240

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 4,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	1.082	1.315
Remuneração	558	516
Encargos	207	184
Material	-	37
Previdência privada	9	-
Serviços de terceiros	-	329
Aluguéis	-	69
Seguros	-	2
Assistência médica e odontológica	101	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	87	-
Outros	120	178
Administradores	549	-
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	460	-
Benefícios dos administradores	89	-
Total	1.631	1.315

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para Imposto de renda e Contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.932	4.676
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	1.677	1.590
Incentivos fiscais - SUDAM	(1.591)	(103)
Outros	8	(1.025)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>94</u>	<u>462</u>
Taxa de imposto efetiva	1,91%	9,88%

14. Demonstrações do Resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia atua apenas em um único segmento uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.249	-	1.249	4.055	-	4.055
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.097	-	2.097
Investimentos de curto prazo	1.936	-	1.936	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	2.008	-	2.008	1.396	-	1.396
Ativo contratual da concessão	-	(11.102)	11.102	-	(13.831)	13.831
Tributos Compensáveis	1.394	-	1.394	935	-	935
Outros Ativos Circulantes	878	-	878	693	-	693
Ativo Não Circulante						
Concessionárias e permissionárias	86	-	86	155	-	155
Títulos e valores mobiliários	2.317	-	2.317	-	-	-
Ativo contratual da concessão	-	(124.659)	124.659	-	(143.219)	143.219
Depósitos judiciais	-	-	-	-	(205)	205
Imobilizado	69.308	68.961	347	71.427	71.427	-
Intangível	2.101	2.101	-	2.101	2.101	-
Total do Ativo	81.277	(64.699)	145.976	82.859	(83.727)	166.586
Passivo						
Passivo Circulante						
Empréstimos e financiamentos	3.559	-	3.559	3.557	-	3.557
Arrendamentos	-	(41)	41	-	-	-
Fornecedores	113	-	113	42	-	42
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	(1.359)	1.359	-	(1.695)	1.695
Partes relacionadas - Dividendos	1.769	-	1.769	6.034	-	6.034
Encargos regulatórios	612	-	612	546	-	546
Outros passivos	1.563	(37)	1.600	983	(36)	1.019
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	18.602	-	18.602	22.023	-	22.023
Arrendamentos	-	(147)	147	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(12.152)	12.152	-	(16.035)	16.035
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	(15.271)	15.271	-	(17.546)	17.546
Outros passivos	979	(829)	1.808	432	(829)	1.261
Total do Passivo	27.197	(29.836)	57.033	33.617	(36.141)	69.758
Patrimônio Líquido						
Capital Social	46.826	-	46.826	43.000	-	43.000
Reservas de Lucros	7.254	(34.863)	42.117	6.242	(47.586)	53.828
Total do Patrimônio Líquido	54.080	(34.863)	88.943	49.242	(47.586)	96.828
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	81.277	(64.699)	145.976	82.859	(83.727)	166.586

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	14.597	14.597	-	14.067	14.067	-
Receita de Operação e Manutenção	-	(1.604)	1.604	-	(3.044)	3.044
Remuneração do ativo contratual da concessão	-	22.756	(22.756)	-	(15.339)	15.339
Receita de infraestrutura	-	(14.460)	14.460	-	-	-
(-) Parcela Variável	(46)	-	(46)	(13)	-	(13)
Tributos						
PIS	(270)	-	(270)	(224)	71	(295)
Cofins	(1.245)	-	(1.245)	(1.033)	328	(1.361)
Pis e Cofins Diferido	-	(1.969)	1.969	-	-	-
Encargos - Parcela "A"						
Taxas regulamentares - Diferido	-	(639)	639	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	(378)	-	(378)	(384)	112	(496)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(51)	-	(51)	(49)	-	(49)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(51)	-	(51)	(49)	-	(49)
Ministério de minas e energia - MME	(25)	-	(25)	(24)	-	(24)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(58)	-	(58)	(51)	18	(69)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	12.473	18.681	(6.208)	12.240	(3.787)	16.027
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	12.473	18.681	(6.208)	12.240	(3.787)	16.027
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(1.631)	-	(1.631)	(1.315)	1.580	(2.895)
Material	(195)	327	(522)	(153)	(153)	-
Serviços de Terceiros	(1.053)	-	(1.053)	(865)	(865)	-
Provisão para Contingências	(83)	-	(83)	(69)	(69)	-
Arrendamento e Aluguéis	(358)	(55)	(303)	(314)	(314)	-
Seguros	(29)	-	(29)	(15)	(15)	-
Tributos	(95)	-	(95)	(164)	(164)	-
Depreciação	(2.409)	(2.364)	(45)	(2.422)	(2.422)	-
Outras Despesas Operacionais	(13)	-	(13)	-	-	-
Resultado da Atividade	6.607	16.589	(9.982)	6.923	(6.209)	13.132
Equivalência Patrimonial						
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(2.047)	17	(2.064)	(2.593)	-	(2.593)
Receitas Financeiras	372	-	372	346	-	346
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.932	16.606	(11.674)	4.676	(6.209)	10.885
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(94)	(3.883)	3.789	(462)	1.644	(2.106)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	4.838	12.723	(7.885)	4.214	(4.565)	8.779
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	4.838	12.723	(7.885)	4.214	(4.565)	8.779
Resultante de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é de 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

(c) Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

(d) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios

ETEM - Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	88.943	96.828
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(64.511)	(83.727)
Arrendamento (CPC 06)	(188)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	29.836	36.141
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>54.080</u>	<u>49.242</u>

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(Prejuízo) Lucro líquido conforme contabilidade societária	(7.885)	8.779
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita bruta	21.289	(4.316)
Tributos e encargos	(2.608)	529
Depreciação e amortização	(2.364)	(2.422)
Arrendamento (CPC 06)	17	-
Custos operacionais	272	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.883)	1.644
Lucro líquido regulatório	<u>4.838</u>	<u>4.214</u>

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2